



BOLETIM 304 - IX
11 Maio de 2017



Mídia internacional repercute depoimento de Lula

Jornais da América Latina, Europa e EUA destacaram oitiva
Jornal do Brasil

O primeiro depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao juiz Sergio Moro ganhou destaque na grande imprensa internacional nesta quinta-feira (11).

O jornal norte-americano The New York Times informou no título de sua reportagem que "Lula compareceu ao tribunal para enfrentar acusações de corrupção" e fez um relato do encontro. Falou sobre as suspeitas contra Lula, informou que Moro lidera a maior investigação sobre corrupção da história do Brasil e contou como foi a tarde de perguntas e respostas na capital paranaense.

Times descreve que logo no início da audiência, Moro assegurou a Lula que ele estava ali para prestar depoimento e não ser preso, como alguns suspeitos da investigação já foram. Poucos minutos depois, Moro disse que teria perguntas "difíceis" para Lula.

- Não há perguntas difíceis, senhor - respondeu Lula. "Quando se fala a verdade, não há perguntas difíceis", acrescentou o ex-presidente.

Para o espanhol El País "Lula fez de sua declaração ao juiz uma exibição de poder político", diz o título. O ex-presidente, que pretende ser candidato nas eleições presidenciais de 2018, reuniu milhares de seguidores diante do tribunal, ressaltou o diário.

A britânica BBC noticiou que o ex-presidente Lula foi questionado sobre corrupção, enquanto The Guardian relatou que o encontro reuniu o presidente mais popular da história brasileira, referindo-se a Lula, e o herói nacional que prende ricos e poderosos, referindo-se a Moro. Após a audiência, Lula e Dilma Rousseff fizeram discursos inflamados para uma grande multidão, que entoava e gritava seu nome: "Lula, guerreiro do povo brasileiro". O caso, segundo o jornal, está dividindo o Brasil.

O argentino Clarín exclamou em sua manchete "Curitiba blindada e dividida entre duas mobilizações", expressando o estado em que se encontrava a cidade onde ocorreu o

primeiro depoimento de Lula ao juiz Moro, com manifestações de apoio para o ex-presidente e também a Lava Jato.

Em meio a essa "bipolaridade", diz o Clarín, o magistrado recebeu Lula para o primeiro "face-a-face". Uma barreira gigantesca de centenas de policiais militares vestindo coletes à prova de balas e armados até os dentes, impediam qualquer proximidade das mobilizações com o fórum judicial.

O noticiário comenta que nem isso impediu que Lula fizesse contato com seus apoiadores e fala que o juiz Moro tomou várias precauções para evitar que Lula roubasse a cena, como por exemplo, proibir a transmissão on-line e a filmagem pelos advogados de defesa.

O China Daily informou que o depoimento atraiu milhares de simpatizantes do ex-presidente e do juiz Sérgio Moro.

O jornal francês Le Figaro destacou que "o Brasil ficou em estado de suspense no primeiro confronto entre as duas personalidades mais populares do país: o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, réu no escândalo da Lava Jato, e de Sérgio Moro, o juiz em guerra contra a corrupção". Lula é um carismático político de 71 anos, guerreiro das lutas sindicais, enquanto Sergio Moro é um incansável juiz de 44 anos, dedicado a uma vida quase monástica, relata o vespertino.

Le Figaro complementa com a informação de que milhares de simpatizantes de Lula vieram de todos os cantos do país, vestidos de vermelho, demonstrar seu suporte diante do palácio da justiça do Paraná. Em contrapartida, analisa o texto, Moro pediu para que seus "torcedores" não fossem a Curitiba.

De acordo com o **jornal francês La Croix**, a teoria de complô de Lula funciona. Para uma boa parte da população, a destituição de Dilma Rousseff foi um golpe de Estado e Sérgio Moro abusa de seu poder, ao "perseguir os acusados". La Croix lembra que, embora Lula seja detestado por uma parte da classe média, o petista é o "queridinho" das classes populares, que poderiam levá-lo a uma larga vitória no primeiro turno da eleição presidencial de 2018.

Fonte : site JORNAL DO BRASIL – 11/05/2017

Vão revogar a Lei Áurea?

Não é "pegadinha"! Tramita na Câmara dos Deputados o PL 6442/2016 de autoria do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), por mero acaso, presidente da bancada ruralista na Câmara. E o PL foi registrado em separado, não coincidindo com a reforma trabalhista.

O Projeto altera a regulamentação do trabalho rural e, se aprovado, será o maior retrocesso da história do País quando se fala em trabalhadores. Algo muito pior que a

própria reforma trabalhista. Seu principal ponto é a possibilidade de o trabalhador rural receber “remuneração de qualquer espécie”, o que significa que o empregador poderá pagar seus empregados com habitação ou comida, e não com salário. A remuneração também poderá ser feita com parte da produção e concessão de terras.

“Esse projeto de lei significa uma volta ao passado, significa levar o trabalhador de volta ao século XIX, quando se trabalhava em troca de comida”, compara Antônio Lucas, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar).

Além disso, o projeto estabelece que o trabalho aos domingos e feriados estará liberado sem a necessidade de laudos técnicos que indiquem a necessidade; os profissionais do campo poderão trabalhar por até 18 dias seguidos; a venda integral das férias também será possível; as regras de segurança e saúde no campo estabelecidas pela NR-31 será revogada, acabando, por exemplo, com a obrigação de a empresa manter equipamentos de primeiros socorros no local de trabalho e vínculos empregatícios indeterminados serão regularizados pela ampliação dos chamados contratos de safra, pondo fim ao pagamento da multa do FGTS e ao aviso-prévio.

Fonte: Informativo semanal Ernesto Pares 703 – 07/05/2017

CNPL participa de painel no V Congresso Internacional de Direito Sindical em Fortaleza/CE



A Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) participou, nos dias 26 e 27 de abril, em Fortaleza/CE, do V Congresso Internacional de Direito Sindical “Desafios e Responsabilidades Sindicais” e apresentou o painel “Transformação das Relações de Trabalho: desafios para um sindicalismo eficiente”. Todas as temáticas do evento foram voltadas para a preocupação com o atual cenário político e econômico do país, com foco nas reformas trabalhista e previdenciária.

Para a Confederação, a preocupação com a falta de diálogo do governo Temer (PMDB) com a população frente a tramitação das reformas é compartilhada por todos os trabalhadores do país. Segundo a CNPL, nem na época da ditadura militar a ausência de discussão sobre os direitos trabalhistas foi tão atropelada como nos dias de hoje. “Diversos parlamentares membros da Comissão Especial da Reforma Trabalhista afirmaram a indisponibilidade de tempo hábil para analisar o calhamaço de 15cm do texto da proposta de reforma. Foi tratorado o direito de discussão da proposta” afirmou.

O presidente da CNPL, Carlos Alberto Schmitt de Azevedo, questionou que o argumento repetido pelo governo Temer (PMDB) para impor a alteração na legislação trabalhista não passa de falso discurso para retirar a proteção social dos trabalhadores. “O conjunto de

922 artigos da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) já sofreu mais de 500 modificações desde 1943, além das 67 disposições constitucionais de 1988 que se somaram à CLT”, esclareceu.

A Confederação também ressaltou que a tentativa de destruição das organizações sindicais, da Justiça do Trabalho e da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), imposta pelo governo Temer, deixará o trabalhador sem o único reduto de defesa de direitos. “Hoje, cerca de 80% das demandas pendentes aos trabalhadores correspondem às questões básicas, como pagamento de hora extra e benefícios, por exemplo. Nesse contexto, é lamentável que o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra, que deveria defender a preservação dos direitos trabalhistas, está em favor da perda de direitos. Não podemos permitir que a chama de luta em defesa dos trabalhadores seja apagada em benefício do poder econômico”, pontuou.



O painel apresentado pela CNPL também ressaltou as manobras do governo para angariar votos favoráveis para aprovação das reformas. Para a Confederação, é lamentável que desde a apresentação dos textos das reformas o governo oferece cargos políticos em troca de apoio à base aliada.

Além da temática abordada pela CNPL, o V Congresso ampliou o debate sobre as mudanças trabalhistas e o papel das entidades sindicais, a responsabilidade social do sindicalismo, a participação dos trabalhadores nas decisões sindicais, o dever e representação sindical e o sindicalismo na defesa da democracia. As discussões também foram voltadas para a negociação coletiva, os direitos sociais em tempos de crise econômica, a ética sindical e crise de valores, o Tripartismo e a reforma trabalhista, os desafios dos sindicatos na atual conjuntura econômica, a justiça do trabalho e o futuro dos direitos sociais, e opiniões e posições sindicais da reforma trabalhista.

O evento foi promovido pelo Fórum das Centrais Sindicais no Estado do Ceará (FCSEC) e pelo Grupo de Estudos e Defesa do Direito do Trabalho e do Processo Trabalhista (GRUPE), que pertence à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.

Participação

A Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) esteve representada pelo presidente, Carlos Alberto Schmitt de Azevedo; pelo secretário administrativo, Ramiro Lubian Carbalhal; pelo secretário de Finanças, Wilson Wanderlei Vieira, pela assessora sindical e jurídica, Zilmara Alencar e pela assessora jurídica Maria Cristina Almeida.

FONTE: Boletim CNPL 04/05/2017

CNPL participa na Câmara de reunião da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública



A Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) participou nesta quinta-feira, dia 27 de abril, em Brasília/DF, da reunião da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular. As deliberações foram voltadas para construção de um pronunciamento oficial da Frente sobre a situação da dívida dos estados (PLC 343/2017), a destinação dos recursos da dívida interna, o cenário da previdência e da securitização (PLS 204/2016, PL 3337/2015 e PLP 181/2015) a proposta de PEC para fiscalização e controle dos gastos com a dívida pública, bem como acerca da Consulta Nacional sobre as Reformas e a Auditoria da Dívida, lançada no dia 14 de março e vigência prevista até 30 de junho.

Segundo a coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli, o trabalho da Frente Parlamentar prevê interferir no processo da Reforma da Previdência (PEC nº 287/2016) e na votação dos projetos de securitização de dívida ativa, que são geradores de dívida sem contrapartida alguma, modelo semelhante que levou a Grécia à falência. “Além disso, é importante ressaltar o crescimento da dívida interna de mais de 700 bilhões em 2015 e 2016. É preciso esclarecer a origem dessa dívida, a destinação desses recursos, os beneficiados diretos e identificar os credores, pois todas as contrarreformas enfrentadas no Brasil hoje são justificadas para pagamento desse montante da dívida interna”, pontuou.

Além disso, Maria Lúcia Fattorelli esclareceu que esses gastos com a dívida pública comprometem todos os anos quase metade do orçamento federal, de forma obscura e sigilosa. “A Frente Parlamentar irá cumprir o seu importante papel de tornar transparente todos esses questionamentos. Esses gastos precisam ser disciplinados, e é nesse sentido que a Frente irá caminhar. É preciso reduzir de forma expressiva esses gastos para que possamos garantir os direitos humanos e a vida digna em nosso país”, enfatizou.

Nesse sentido, também foi ressaltada a necessidade de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que regularize e controle os gastos com a dívida pública, bem como a urgência de uma proposta de resposta às limitações impostas pela consultoria do Senado Federal.

A próxima reunião da Frente Parlamentar Mista será realizada em duas semanas para consolidação do pronunciamento oficial já iniciado, em conjunto com parlamentares, representantes sindicais e membros da sociedade civil, que integram a ONG Auditoria Cidadã da Dívida e a Frente Parlamentar.

FONTE: Informativo CNPL 02/05/2017

CNPL amplia Consulta Nacional sobre as reformas e a dívida pública no VIII Congresso Nacional das Profissões Liberais

CONSULTA NACIONAL SOBRE REFORMAS E AUDITORIA DA DÍVIDA. PARTICIPE!

Para que retirar direitos se somos tão ricos?

A Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) comunica que será instalado, de 16 a 18 de maio, um espaço exclusivo para coleta de assinaturas da Consulta Nacional Popular sobre as reformas trabalhista e previdenciária e a dívida pública, no VIII Congresso Nacional das Profissões Liberais “O Profissional Sustentável Transforma – Construindo o Futuro”, em Brasília/DF. O objetivo oportunizar aos profissionais liberais inscritos no congresso participar também deste importante debate realizado em âmbito nacional.

Desde o lançamento da Consulta Nacional Popular, em 14 de março, a Diretoria da CNPL instalou, na sede da entidade, em Brasília/DF, uma unidade permanente de coleta de assinaturas. A Confederação também assumiu o compromisso de contribuir, de forma itinerante com a coleta de assinaturas em todos os eventos da entidade, a exemplo do Curso de Formação Sindical “Fórum Sindicalismo, Política e Cidadania” da Região Nordeste, realizado em Natal/RN, nos dias 6 e 7 de abril.

O objetivo da Consulta Nacional é ouvir a população sobre as Reformas da Previdência, Trabalhista, as Privatizações e a Auditoria da Dívida pública por meio de quatro perguntas sobre esses temas. Além de esclarecer à população acerca do verdadeiro teor das propostas apresentadas pelo governo Temer, intituladas “reformas”, mas que na verdade geram profundos retrocessos na vida dos trabalhadores e na economia do país.

O presidente da CNPL, Carlos Alberto Schmitt de Azevedo, destacou a importância da Consulta Nacional Popular tendo em vista o atual cenário político e econômico do país. “Essa iniciativa da ONG Auditoria Cidadã da Dívida se faz extremamente necessária, considerando as propostas apresentadas pelo governo Temer que pretendem retroceder os direitos dos trabalhadores. A consulta é uma forma da população se manifestar contra esse massacre apoiado pelas grandes mídias, que na verdade almeja o favorecimento do poder econômico em detrimento dos direitos trabalhistas e previdenciários. Tá na hora de mudar a realidade do nosso país que, atualmente gasta dez vezes mais com juros da dívida pública do que com a educação”, acrescentou.

Além dos pontos físicos de coleta, a população poderá participar da Consulta Nacional também na página www.consultanacional2017.com.br. A Consulta terá vigência até o dia 30 de junho. Participe!

FONTE: Informativo CNPL 09/05/2017

Governo propõe atualização da lei de penalidades tributáveis



Visando reduzir a burocracia, melhorar o ambiente de negócios e a relação entre o fisco estadual e o contribuinte, o governador Paulo Hartung assinou o Projeto de Lei a ser enviado para Assembleia Legislativa do Estado que promove a revisão das penalidades tributáveis. A proposta prevê redução de até 100% das multas para contribuintes regulares que cometeram infrações por desconhecimento. A assinatura do Projeto de Lei aconteceu na tarde desta sexta-feira (31), no Palácio Anchieta, na presença de diversos representantes do setor empresarial e do presidente da Assembleia, o deputado Eric Musso. A minuta propõe a revisão das penalidades pelo descumprimento das obrigações acessórias previstas nas Leis Nº7000/01, Nº 6.999/01 e Nº 10.011/13 que disciplinam, respectivamente, o ICMS, o IPVA e o ITCMD. O projeto leva em consideração as ponderações e subsídios constantes de pleito formulado no âmbito do Grupo de Trabalho da Secretaria de Estado da Fazenda (GTFAZ), do qual fazem parte representantes da Sefaz e do segmento empresarial capixaba.

Atualização

O assessor especial da Secretaria da Fazenda (Sefaz), Bruno Negris, apresentou o Projeto de Lei e destacou o seu caráter inovador. Entre os principais avanços propostos está a criação de estágios para classificar a relação dos contribuintes com a Receita Estadual. No primeiro estágio estão aqueles com indícios de divergências ou inconsistências encontradas na base de dados da Receita Estadual. Para estes contribuintes, o Projeto de Lei prevê que a Receita deverá comunicá-los das irregularidades para que eles se regularizem, criando a possibilidade da conversão de multas em uma medida de ajuste de conduta, com até 100% de redução das penalidades. Em um segundo estágio estão os infratores primários. Para eles será aplicada a regra “reincidência reversa”. Considerados contribuintes ficha-limpa, eles terão 75% de redução da multa em pagamentos à vista. O objetivo é dar um tratamento especial ao infrator primário, reduzindo a punição ao contribuinte que se encontra em situação regular perante o Fisco.

Já nos casos de outros contribuintes, haverá uma redução de 50% no valor da multa para aqueles que regularizarem suas situações dentro do prazo de impugnação, ou de 25% nos casos de recurso.

O objetivo do Governo do Estado ao categorizar estágios é estabelecer condições diferenciadas para o contribuinte regular, que tem como prioridade o cumprimento da norma tributária, em relação ao sonegador, que não terá os benefícios da lei. “É um bom projeto. Chegamos a um bom termo. Com esse novo modelo proposto vamos reduzir litígios e fazer uma ambiência de negócios cada vez melhor no Espírito Santo”, explicou Bruno Negris.

O secretário de Estado da Fazenda, Bruno Funchal, afirmou que o Espírito Santo está no caminho certo ao investir na melhoria do ambiente de negócios. “A atualização da lei está totalmente alinhada à discussão nacional. É um passo à frente do Espírito Santo no sentido de corrigir falhas. Muitos estados vão seguir por essa linha”, afirmou. Como resultados da revisão das penalidades, o Governo do Estado espera tornar a atividade econômica mais igualitária em seu aspecto concorrencial; reduzir a sonegação; promover a regularização simplificada e espontânea; conferir mais celeridade à administração tributária e diminuir substancialmente o contencioso. O governador Paulo Hartung destacou que o Projeto de Lei atende a uma reivindicação de toda a representação do setor empresarial capixaba. “Sua importância está em desburocratizar a relação da Fazenda com os contribuintes. O projeto se insere em um trabalho que a área fazendária tem feito no sentido de melhorar o ambiente de negócios em terras capixabas. Esse é um dos objetivos estratégicos do Governo que estamos trabalhando”, afirmou.

A expectativa é que a nova lei seja aprovada na Assembleia e sancionada pelo governador a tempo para que as empresas possam reunir e conjugar os benefícios tanto da redução das penalidades propostas, quanto da redução das penalidades previstas no Refis de 2017.

GTFAZ

O Grupo de Trabalho da Secretaria de Estado da Fazenda (GTFAZ) foi instituído por meio da Portaria nº 060-S, de 06 de julho de 2009. É composto pela Federação do Comércio (Fecomércio), Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Conselho Regional de Contabilidade do ES (CRC-ES), Federação das Empresas de Transporte (Fetransportes), Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis (Sescon), Federação das Micro e Pequenas Empresas (Femicro), Sindicato do Comércio de Exportação e Importação (Sindiex) e **Sindicato dos Contabilistas do Estado (Sindcontabil).**

FONTE: Site do Governo do Estado do Espírito Santo 03/04/2017 e email Pres. Sind. Cont. Est. Espírito Santo 10/05/2017

Governador sanciona lei de revisão das penalidades tributárias



Cumprindo mais uma das diretrizes do Planejamento Estratégico do Governo do Estado, dentro do macroprojeto “Melhoria do Ambiente de Negócios”, o governador Paulo Hartung sancionou, nesta sexta-feira (5), a lei que revisa as penalidades tributárias e outros temas

afins. Ao atualizar a legislação, o Governo tem por objetivo racionalizar procedimentos, melhorar a relação entre o Fisco Estadual e o contribuinte e aumentar a eficácia da arrecadação dos tributos. A sanção aconteceu durante a posse da nova diretoria do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Espírito Santo (Ibef-ES). A lei revê as penalidades aplicadas pelo Fisco Estadual no tocante às obrigações acessórias previstas na legislação tributária, mantendo as penalidades para o caso de sonegação de impostos. A lei abrange, por exemplo, faltas relativas à documentação fiscal; à escrituração fiscal; à inscrição e às alterações cadastrais; à apresentação de informações econômico-fiscais; às operações e prestações não registradas, entre outras. O projeto que deu origem à lei é fruto do trabalho realizado no âmbito da Gerência Tributária. Além disso, a proposta foi amplamente discutida no âmbito do Grupo de Trabalho da Secretaria da Fazenda (GTFMZ). "É importante destacar o caráter pedagógico e inovador da nova lei que estabelece três estágios para facilitar o cumprimento das obrigações fiscais e diminuir a litigiosidade, uma vez que evita demandas administrativas e judiciais", explicou o secretário de Estado da Fazenda, Bruno Funchal.

Estágios

Entre os principais avanços propostos está a criação de estágios para classificar a relação com a Receita Estadual. O primeiro estágio é o da autorregularização e da espontaneidade. Ele permite a comunicação aos contribuintes de indícios de divergências ou inconsistências encontradas na base de dados da Receita Estadual, havendo a possibilidade de adoção de medidas de ajuste de conduta. O segundo estágio é chamado de procedimento fiscal em face do não reincidente. Nele, o infrator primário, ou seja, o contribuinte que se encontra em situação regular perante o Fisco terá redução de 75% da multa para pagamento dentro do prazo legal. No terceiro estágio, ou de procedimento fiscal em face do reincidente, o infrator que estiver em situação irregular perante o Fisco terá uma redução mitigada para 50% da multa no caso de pagamento dentro do prazo previsto para impugnação da exigência. Mas, se o contribuinte optar por recorrer (fase litigiosa), essa redução cai para 30% dentro do prazo previsto para apresentação do recurso voluntário. Outro destaque importante é que informações econômico-fiscais, inclusive arquivos transmitidos eletronicamente, poderão ser retificadas dentro do prazo de 30 dias contado do vencimento da respectiva obrigação, sem a imposição de penalidades.

Importância

Vale destacar ainda que grande parte dos contribuintes de ICMS sediados no Espírito Santo é formada de micro, pequenas e médias empresas, que passam estar sujeitas a uma legislação mais moderna. Para o secretário Bruno Funchal, a atualização da lei é um marco importante para o ambiente de negócios do Espírito Santo. "A área tributária do Brasil é conhecida internacionalmente por sua complexidade. Nosso objetivo é reduzir o excesso de burocracia e assim estimular o setor privado e, conseqüentemente, gerar mais empregos e investimentos em nosso Estado." Segundo Funchal, a atualização da legislação está totalmente alinhada com a discussão nacional. "É um passo à frente do Espírito Santo no sentido de acertar o rumo. Muitos estados vão seguir por essa trilha", afirmou. O governador Paulo Hartung ressaltou a atualização da lei como um importante apoio para uma base em desenvolvimento nas atividades econômicas do Estado e fez uma breve análise da conjuntura socioeconômica local e nacional. "A crise que atravessamos no país é grave, mas está passando. Em relação ao Espírito Santo, o cenário é bem diferente e, além das contas em dia, estamos inovando em políticas públicas com projetos e ações transformadoras nas áreas social, saúde, meio ambiente e infraestrutura", ponderou Paulo Hartung.

O governador afirmou que o Estado está sendo estruturado e ganhando competitividade. "Tenho certeza que seremos portadores das oportunidades após a crise", finalizou. Diversos secretários e presidentes de órgãos estaduais participaram da solenidade de posse da diretoria do IBEF-ES para o biênio 2017-2019.

Saiba mais
GTFaz - Grupo de Trabalho da Secretaria de Estado da Fazenda (GTFaz) foi instituído por meio da Portaria nº 060-S, de 06 de julho de 2009. É composto por: Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo (Fecomércio-ES); Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes); Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo (CRC-ES); Federação das Empresas de Transporte do Estado do Espírito Santo (Fetransportes); Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Espírito Santo (Sescon); Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais do Estado do Espírito Santo. (Femicro-ES); Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Estado do Espírito Santo (Sincades); Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Estado do Espírito Santo (Sindiex); Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Espírito Santo (Sincodives); Associação Capixaba de Supermercados (Acaps); **Sindicato dos Contabilistas no Estado do Espírito Santo (Sindcontabil-ES)**; Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

FONTE: Site do Governo do Estado do Espírito Santo 05/05/2017



O Sindicato dos Contabilistas do Estado do Espírito Santo divulga :

O SESCON-ES em parceria com o as demais entidades representativas da classe contábil do ES realizaram em 2015 e 2016 o 1º e o 2º SEMINÁRIO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DO ES, foi um sucesso!

Então, a programação do 3º SEMINÁRIO já está pronta e será realizado nos dias 08 e 09 de junho de 2017, no STEFFEN CENTRO DE EVENTOS – Carapina - Serra – ES.

Importante! Os participantes deste evento serão contemplados com a pontuação para a Educação Continuada criado pela Lei 12.249/10 e regulamentada pelo sistema CFC/CRCs.

Não percam esta oportunidade! Faça logo as suas inscrições, acesse o site <http://www.sescon-es.org.br/sescs/>, conheça as entidades contábeis e empresariais realizadoras e patrocinadoras do evento no quadro "NOVIDADES".

TABELAS REFERENCIAIS DE HONORARIOS CONTABEIS

As TABELAS REFERENCIAIS DE HONORARIOS CONTABEIS foram atualizadas pelo INPC/IBGE

acumulado de janeiro de 2017 encontram-se postadas no site: http://www.sindcontabil-es.org.br/honorarios_lista.asp para consultas.

PROJETO DE LEI

Projeto de Lei de iniciativa do GTFMZ que propõe alterar a Lei nº. 7.000/01, após ser revisada pela SEFAZ/ES versão final do projeto foi assinado pelo Gov. Paulo Hartung. Conheça as entidades em que os seus representantes trabalharam na elaboração do projeto:

<http://internet.sefaz.es.gov.br/informacao/noticias.php?id=1956>

http://www.sindcontabil-es.org.br/noticias_artigos.asp?pg=2&cdg=155

http://www.sindcontabil-es.org.br/noticias_artigos.asp?pg=2&cdg=156

FONTE: E-mail do Pres. Sind. Cont. Est. Espírito Santo de 10/05/2017

Sindicato dos Contabilistas do Estado do Espírito Santo divulga: Eleições Mandato 2017/2020



O Sindicato dos Contabilistas do Estado do Espírito Santo , divulga a todos os contabilistas associados, que haverá eleição no dia 09 de junho de 2017, de 8 h às 14 h. , para o mandato de 2017/2020 e que a publicação do Edital já foi realizada no dia 02/05/2017 no Diário Oficial dos Poderes do Estado. Protocolo 309225.

FONTE : E-mail Pres. Sindicato dos Cont. Est. Espírito Santo 10/05/2017

Reforma Política: debate avança na Câmara dos Deputados

A comissão especial que debate a Reforma Política na Câmara dos Deputados, sob a relatoria do deputado Vicente Cândido (PT-SP), e a presidência do deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA) vai debatendo e produzindo relatórios parciais para exame dos deputados, a fim de apresentar uma proposta capaz de fomentar o debate na Casa.

O colegiado foi criado no dia 10 de outubro de 2016 pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). No dia 19 de outubro, o colegiado foi constituído pelo então 1º vice-presidente, no exercício da presidência, deputado Waldir Maranhão (PP-MA). O debate está em curso. Veja os relatórios parciais.

O Relatório Parcial 1 trata dos seguintes temas: plebiscito, referendo e iniciativa popular e regras específicas sobre a aplicação desses institutos no nível federal, além de instituir sistema de subscrição eletrônica de projetos de lei por cidadãos:

- Soberania popular direta nos termos referidos no artigo 14, incisos I a III, da Constituição Federal.

O Relatório Parcial 2 trata da “uniformização dos prazos de desincompatibilização”:

- Unifica os prazos legais de desincompatibilização em quatro meses.

O Relatório Parcial 3 trata das regras eleitorais, sistema eleitoral e modelo de financiamento de campanhas:

- Federações de partidos;
- Habilitação prévia de candidaturas;
- Facultar às agremiações partidárias a realização de prévias e primárias;
- Financiamento público de campanhas por meio de fundo eleitoral e financiamento privado mediante contribuição de pessoas físicas;
- Permitir a veiculação de propaganda eleitoral paga na internet;
- Vedar as coligações nas eleições proporcionais;
- Aplicação do sistema eleitoral proporcional de listas preordenadas para as eleições de 2018, 2020 e 2022;
- Fixar a antecedência de nove meses das eleições para os requisitos da filiação partidária e do domicílio eleitoral;
- Normas de fidelidade partidária; e
- Democracia interna dos partidos políticos.

FONTE : DIAP 11/05/2017

Às Mães

Às mulheres que retiram parte da sua essência e do seu ser para doar e dedicar a outras pessoas, que julgam serem as mais importantes de suas vidas, os seus filhos, nós desejamos FELICIDADES no próximo domingo e em todos os próximos dias.

Ser mãe é um ato de amor, de dedicação, de companheirismo, de querer bem. É sinônimo de amar sem medidas. Por isso a Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia homenageia todas as mães do nosso Brasil.

FELIZ DIA DAS MÃES

Sandra Regina R. T. Maciel
Presidente



FILIADA A:

